



Ministério da Saúde



INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE

Dr. Ricardo Jorge

Relatório de Actividades 2006

Instituto Nacional de Saúde

Dr. Ricardo Jorge



Índice

1.	Nota introdutória	2
2.	Actividades desenvolvidas e recursos	3
2.1.	Consecução dos objectivos do plano	3
2.2.	Desenvolvimento dos diferentes programas, projectos e actividades do plano	3
2.2.1.	Programas Nacionais	3
2.2.2.	Projectos por áreas de intervenção técnico-científica e funções estratégicas	5
2.2.3.	Actividades desenvolvidas	7
2.2.4.	Prestação de Serviços	8
2.3.	Novas actividades desenvolvidas	10
2.4.	Formação	11
2.5.	Cooperação científica e tecnológica nacional e internacional	11
2.6.	Produção Científica	12
2.7.	Afectação real e prevista dos recursos: humanos, materiais e financeiros;	13
2.7.1.	Recursos Humanos	13
2.7.2.	Recursos Tecnológicos	15
2.7.3.	Recursos Financeiros	16
2.7.3.1.	Execução Orçamental	16
2.7.3.2.	Resumo da situação financeira	19
3.	Avaliação Final	20



1. Nota introdutória

O relatório agora apresentado refere-se a um trabalho realizado quase exclusivamente sob a direcção anterior do Instituto. O novo Conselho Directivo iniciou funções formalmente apenas em Novembro de 2006.

A nomeação do Director do INSA, Dr. Fernando de Almeida em Agosto de 2006 para novas funções, e a gestão corrente a que foi obrigada por força de lei a Sub-Directora no período que ocorre até à nomeação da nova direcção, foi altamente limitativo da capacidade de intervenção da Direcção em relação ao trabalho que foi desenvolvido quase durante metade do ano de 2006. Naturalmente é uma circunstância de excepionalidade e que tem reflexos na vida da instituição.

Do desenvolvimento de novas formas de planeamento adoptadas aquando da realização do plano de acção de 2006 resulta o presente relatório. São um passo significativo em termos de planeamento permitindo objectivar a avaliação do trabalho realizado e por isso sendo um instrumento de gestão de grande utilidade. Sabe-se que o planeamento do ano de 2006 foi um processo de envolvimento dos funcionários do INSA e muito participado.

A introdução do SIADAP – Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho para a Administração Pública motivou a apresentação de um conjunto de objectivos estratégicos e de metas para 2006 que são agora objecto de avaliação.

O adiamento do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado – PRACE e a sucessiva espera da publicação da nova Lei Orgânica do INSA criou incertezas em relação ao futuro que naturalmente teve reflexos no ano que decorreu.

Numa outra perspectiva, 2006 foi particularmente relevante para o INSA visto se ter assinado a concretização dos projectos de requalificação das instalações da Delegação do Porto e do Centro de Estudos de Vectores e Doenças Infecciosas em Águas de Moura (Palmela). Estes dois projectos eram prosseguidos por parte do INSA em cerca de 20 anos.

Nesse ano o estatuto dos Laboratórios de Estado esteve em revisão, criando expectativas de possível mudança de missão e posicionamento do INSA no contexto dos Laboratórios de Estado com obvias implicações nos comportamentos da instituição.

A organização do INSA manteve-se estruturada em Centros com autonomia de carácter científico nas suas funções de investigação, de prestação de serviços e de laboratório de referência bem como de vigilância epidemiológica. Criaram-se duas novas áreas de investigação, nomeadamente a Proteómica e a Bioinformática.

Durante este período o INSA procurou coordenar as suas actividades com as outras instituições do Ministério da Saúde, que também iniciaram processos de reforma no segundo semestre do ano. São particularmente importantes as relações interinstitucionais com a Direcção Geral da Saúde e com o Alto Comissariado da Saúde.



Em termos financeiros, o INSA foi dependente da capacidade de boa cobrança dos serviços prestados, sobretudo a instituições com autonomia financeira do Ministério da Saúde. Condicionado pela sua limitada capacidade de cobrança o INSA, apesar de ter um orçamento equilibrado, viveu momentos de dificuldade de tesouraria. Esta situação prevê-se ser parcialmente alterada com a reforma da administração pública a ser concretizada no ano seguinte.

Deve-se reconhecer o trabalho dos funcionários do INSA para a continuidade do trabalho de excelente nível técnico e científico apesar dos condicionamentos administrativos e financeiros do INSA.

2. Actividades desenvolvidas e recursos

2.1. Consecução dos objectivos do plano

A metodologia adoptada na concepção do Relatório de Actividades para 2006 procurou ter em consideração todos os condicionalismos existentes, e contou com a participação de todos os responsáveis de cada Centro do Instituto.

Cada assessor compilou a resposta do seu Centro, tendo em conta as actividades desenvolvidas da sua responsabilidade, e procurando aferir se as expectativas existentes no início deste ciclo de planeamento foram ou não confirmadas; quais as principais linhas de acção adoptadas e quais os objectivos atingidos.

Assim, e em relação aos objectivos gerais de cada Centro, convergentes com os objectivos gerais do INSA, pode afirmar-se que 80% dos objectivos planeados, e inscritos no Plano de Acção, para o ano de 2006, foram alcançados.

Em relação aos projectos, actividades correntes e programas, que serão abordados mais adiante, pretendeu-se averiguar, através do preenchimento de fichas, específicas para cada caso, pelo responsável pela sua execução, qual o seu grau de consecução e quais os seus principais desvios, com a respectiva quantificação.

Procurou-se assim aferir, como é objectivo do presente Relatório, os desvios relativamente ao que inicialmente tinha programado realizar.

Todo este conjunto de informação foi posteriormente analisado e compilado, pelo Gabinete de Planeamento e Gestão (GPG), unidade orgânica de apoio técnico à gestão, responsável pela dinamização da actividade de planeamento.

2.2. Desenvolvimento dos diferentes programas, projectos e actividades do plano

2.2.1. Programas Nacionais

O INSA desempenhou as actividades que lhe estão incumbidas enquanto entidade coordenadora ou colaboradora, no âmbito do Plano Nacional de Saúde 2004-2010 dos seguintes Programas Nacionais:



Coordenou:

- Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade Laboratorial (PNAEQ)
- Programa Nacional de Prevenção das Infecções Nosocomiais – Programa Nacional de Controlo de Infecção (PNPIN -PNCI): Este Programa após 2006 tem a coordenação da DGS
- Programa Nacional de Prevenção das Resistências aos Antimicrobianos (PNPRA) – Vigilância das resistências aos antimicrobianos
- Programa de Vigilância das Resistências aos Antibacilares
- Vigilância Epidemiológica da Infecção VIH/SIDA (com base no sistema de notificação obrigatória instituído a nível nacional)
- Programa Nacional de Erradicação da Poliomielite (PNEP) - Plano de Acção Pós-Eliminação - Componente Laboratorial.
- Programa Nacional para a Eliminação do Sarampo e Prevenção da Rubéola Congénita (PNESPRC)
- Programa Nacional de Prevenção de Acidentes (PNPA)

Colaborou:

- Programa de Vigilância Epidemiológica Integrada da Doença dos Legionários: Notificação Clínica e Laboratorial de Casos
- Programa de Vigilância Epidemiológica Integrada da Doença Meningocócica
- Programa Nacional de Erradicação da Poliomielite (PNEP) - Plano Nacional para a Vigilância das Paralisias Flácidas Agudas: Plano de Contenção Laboratorial dos Vírus Polio
- Plano de Contingência – Planeamento e resposta a situações de emergência na área da Virologia (Incluindo Vírus Influenza Aviário A(H5N1), Variola, SRA, Marburg, Ebola, entre outros)
- Programa Nacional Integrado de Vigilância Clínica e Laboratorial da Gripe (PNIVCLG) – Plano Nacional de Vigilância da Gripe (em co-coordenação com a DGS)
- Programa Nacional de Intervenção Integrada sobre Determinantes da Saúde Relacionados com Estilos de Vida
- Programa Nacional de Controlo das Hemoglobinopatias (PNCH)

Outras situações:

- Vigilância das Infecções Bacterianas Sexualmente Transmissíveis (IST) (em fase de implementação)



Em resumo, dos 40 Programas Nacionais pertencentes ao PNS 2004-2010 o INSA intervêm em 40% dos mesmos, como se demonstra nas tabelas seguintes:

Tabela I – Programas Nacionais (Representação INSA)

PNS 2004 - 2010 Programas Nacionais	N.º	%
Coordenação - INSA	8	50%
Colaboração - INSA	7	44%
Outras Situações	1	6%
Total (INSA)	16	100%

Total de Programas no PNS 2004-2010	Total de Programas com intervenção do INSA
40	16
Peso do INSA no PNS 2004-2010	40%

Das actividades previstas no Plano de Acção foram executadas 85%. As actividades desenvolvidas no âmbito dos Programas estão detalhadas no correspondente anexo.

2.2.2. Projectos por áreas de intervenção técnico-científica e funções estratégicas

O presente relatório centrar-se na apreciação de 216 projectos, tendo como base de análise a ficha de execução de projectos que, elaborada para o efeito, foi preenchida por cada um dos Centros envolvidos.

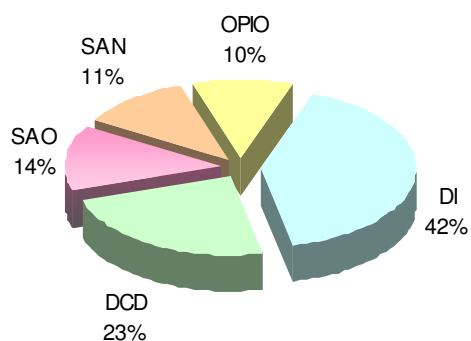
O resultado dos projectos permitiu-nos apreciar a sua situação de execução, a distribuição pelas diversas áreas de intervenção técnico-científica e pelas funções estratégicas, sempre orientadas para as áreas de missão do INSA, que são nomeadamente actividades de Investigação e Desenvolvimento, de Monitorização em Saúde e de Prestação de Serviços.

Relativamente à sua execução, dos 216 projectos analisados, 51 (24%) foram concluídos, tendo sido iniciados 82 (38%) dos projectos de acordo com o previsto, encontrando-se os restantes em execução.

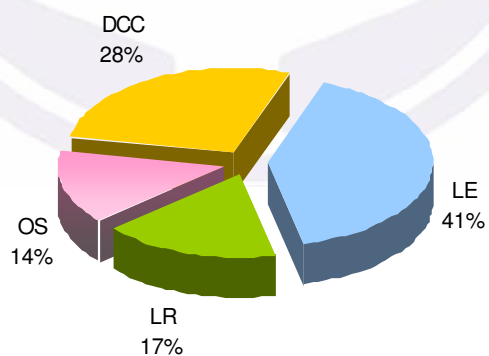
O INSA garantiu o financiamento da maioria dos projectos (44%), tendo recebido em 29% dos casos financiamento totalmente externo e 27% através de cooperação.

Da análise dos projectos verifica-se que, as Doenças Infecciosas constitui a maior fatia nas áreas de intervenção técnico-científicas, sendo que as restantes actividades se desenvolvem repartidas de forma quase similar entre Doenças Crónico-Degenerativas, Saúde Ambiental e Ocupacional, Segurança Alimentar e Nutrição e Outros Programas e Instrumentos de Observação em Saúde..



Gráfico I – Resultados por áreas de Intervenção Técnico-Científica

Face às funções estratégicas, o INSA reforça a sua posição de Laboratório de Estado, e desenvolve-se enquanto difusor da Cultura Científica.

Gráfico II - Funções Estratégicas

2.2.3. Actividades desenvolvidas

Tabela II - Posicionamento das Actividades de execução corrente

Áreas da Missão, de Intervenção e Funções Estratégicas	Actividades		Desvio
	Previsto	Executado	
Nº Total	133	146	10%
Investigação e Desenvolvimento (ID)	26%	27%	1%
Monitorização em Saúde (MS)	28%	29%	1%
Prestação de Serviços (PS)	47%	45%	-2%
Total - Missão	100%	100%	
Laboratório de Estado (LE)	48%	49%	1%
Laboratório de Referência LR)	30%	27%	-2%
Observatório de Saúde (OS)	6%	8%	2%
Difusor da Cultura Científica (DCC)	16%	16%	-1%
Total - Intervenção Técnico-Científica	100%	100%	
Doenças Infecciosas (DI)	43%	45%	2%
Doenças Crónico-Degenerativas (DCD)	22%	22%	0%
Saúde Ambiental e Ocupacional (SAO)	22%	20%	-2%
Segurança Alimentar e Nutrição (SAN)	9%	7%	-1%
Outros Programas e Instrumentos de Observação em Saúde (OPIOS)	4%	6%	2%
Total - Funções Estratégicas	100%	100%	

A informação recolhida com base nas “Fichas de Actividades” preenchidas pelos Centros, pressupôs como definição para “actividades de execução corrente”, independentemente da sua fonte de financiamento, que se desenvolvem com a actividade de rotina do instituto, transversalmente à missão do INSA.

No geral as metas propostas para 2006 foram superadas em 2 pontos percentuais.

RESULTADOS:**1. Desvio percentual ao previsto**

(diferença média total > 5% considerado elevado)

O desvio médio é inferior a 5%. Contudo houve um acréscimo de 10% face às actividades previstas



2.2.4. Prestação de Serviços

O INSA presta serviços em termos de análises clínicas e ambientais, programas de avaliação externa da qualidade laboratorial, pareceres/apoio técnico-científico, e de formação externa. Estes serviços constituem uma importante fonte de receitas próprias, que em 2006, representaram cerca de 27% do total da receita emitida, tendo sido cobrado apenas 35% (2.357.772,65€) desta.




Em 2006 obteve-se um aumento na ordem dos 36% do n.º de análises clínicas. Salienta-se neste acréscimo o serviço de apoio prestado ao toxicodependente, na Delegação do Porto. Em contrapartida verificou-se um decréscimo ligeiro de 6 pontos percentuais nas análises sanitárias.

Tabela III – N.º Análises Sanitárias e Clínicas

Anos Execução	Clínicas			Sanitárias		
	Sede	Delegação	Total	Sede	Delegação	Total
2005	159.192	179.175	338.367	6.898	13.192	20.090
2006	157.764	301.269	459.033	8.377	10.601	18.978
Total	316.956	480.444	797.400	15.275	23.793	39.068

Na área das análises clínicas, e a título de curiosidade, verificaram-se em 2006 os seguintes pesos por faixa etária:

Tabela IV – Peso por Faixa Etárias de Análises Clínicas

Nº Análises por Faixa Etária	2005	2006	% Peso Faixa Etária
Homem	15.936	15.089	45% 
Mulher	18.106	18.875	51% 
Criança (0 - 14 anos)	1.308	213	4% 
TOTAL	35.350	34.177	100%

Promoveu-se a integração de contratos/protocolos (em vez de actos isolados) e privilegiando aquelas que permitam, complementarmente, gerar resultados com relevância nas áreas da investigação, vigilância ou função de referência.

Em relação à área das análises sanitárias foi celebrado um novo contrato com o “El Corte inglês, Grandes Armazéns, S.A.”, e um novo protocolo com a “Direcção Geral de Saúde” (Protocolo Pesticida).

Na área das análises clínicas, foram também celebrados contratos/protocolos com as seguintes entidades:



Contratos:

- HISTOLAB – Laboratório de Anatomia Patológica, Sociedade Unipessoal
- MICRODIAG Laboratório de Anatomia Patológica, Lda
- CDAP – Centro de Diagnóstico Anátomo Patológico, Lda
- LabLuxor, Lda
- Laboratório de Anatomia Patológica, Dr. Patrick Agostini, Lda
- Ericsson Telecomunicações, Lda

Protocolos:

- ADSE – Direcção Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública



2.3. Novas actividades desenvolvidas

Foi alargado o leque de opções de técnicas de diagnóstico disponíveis para prestação de serviços, superando o planeado pelo que se obteve um aumento de 32% de novos serviços.

Tabela V – Novos Serviços

Centro	Novos serviços
CBP	Novos ensaios laboratoriais - Estudo das proteínas da membrana do glóbulo vermelho, ECA, Aldolase, Etanol, Lipase, Colinesterase, Lactato e CKMB e 4 novos Marcadores Tumoriais (Ca72,4; NSE; CYFRA 21,1; TPA), IGF1 (carcinogénese), leptina, adiponectina, 8-hiroxiguanosina, Pi glutathione S transferase, Glutathione redutase.
CGH	Síndrome de Peutz-Jeghers (Polipose hamartomatosa intestinal), pesquisa de mutações no gene STK11 (ex-LKB1). Tumores sólidos, pesquisa de instabilidade de microssatélites. Doenças mieloproliferativas crónicas, pesquisa de mutação no gene JAK2 (a título experimental).
CP	Substituir a PCR clássica pela PCR real time no diagnóstico da infecção toxoplásmica Introduzir a PCR real time para identificação do Plasmodium sp. Introduzir a PCR real time para identificação e quantificação da Leishmania
CQH	QHQQT - implementação da determinação de pesticidas organoclorados e organofosforados e hidrocarbonetos
CSAO	Determinação de Hidroquinona no ar por Cromatografia em Fase Gasosa Determinação de Mercúrio no sangue por Espectrofotometria de Absorção Atómica com Gerador de Hidretos Determinação de Alumínio no Ar por Espectrofotometria de Absorção Atómica por Chama
CVLA	A Unidade de Retrovírus introduziu um novo método para a quantificação do RNA do VIH1 (Real Time NASBA) para reduzir o tempo de resposta deste ensaio de monitorização da infecção VIH. A Unidade de Papilomavírus e Poliomavírus implementou uma nova metodologia para a detecção e tipificação do HPV, através da utilização de Microarrays (HPV Clinical Array) com acções de controlo de qualidade a decorrer no ano 2007. A Unidade de Hepatites implementou técnicas de PCR convencional e PCR em tempo real para o vírus da Hepatite A. A Unidade de Vírus Respiratórios e Enterovírus/CNG desenvolveu: O PCR em tempo real para o diagnóstico da infecção dos vírus influenza sazonal; PCR para detecção e tipagem do gene da Neuraminidase dos vírus Influenza do tipo A; Testes de RT-PCR em tempo real para confirmação da infecção humana por vírus A (H5N1); NASBA para diagnóstico de infecção por Enterovírus e para o RSV. Unidade de Vírus Respiratórios e Enterovírus/CNG: Actualização de técnicas de diagnóstico laboratoriais: - PCR (tempo real) para diagnóstico da infecção por Orthopoxvirus (Varíola humana); - PCR (tempo real) diagnóstico da infecção por Filovírus (vírus de Marburgo); - PCR (tempo real) para diagnóstico de Coronavírus associado a SRA; Testes de RT-PCR em tempo real para diagnóstico da infecção humana por vírus Influenza A (H5N1); Teste de RT-PCR convencional para o diagnóstico da infecção humana por vírus Influenza A (H5N1).
CBP-P	Vírus da Hepatite Delta - Serologia Citomegalovirus - Avidéz de CMV IgG Vírus Varicela-zoster - VZV IgG Vírus Epstein-Barr - EBV VCA IgG, EBV VCA IgM, EBV EBNA IgG Vírus Herpes Simplex - HSV 1 IgG, HSV 2 IgG, HSV IgM (1+2)
CSAN-P	Pesquisa de Enterobacter sakazakii



2.4. Formação

No domínio da formação, manteve-se o reforço de sinergias entre investigação e ensino superior (acolhimento de estagiários visando a obtenção de um grau académico e colaboração na docência pré e pós-graduada por parte de investigadores e técnicos do INSA).

Tabela VI – Produção Formativa

Formação	Sigla	N.º	%
Cursos	C	17	10%
Bolsas	B	34	20%
Estágios	E	101	60%
Visitas de Estudo	VE	14	8%
Outros Eventos	OE	2	1%
Total		168	100%

Foram abrangidos 326 formandos no total dos cursos ministrados. O numero total de horas de formação interna ascendeu a 10.408h.

Do total das bolsas existentes em 2006, 14 foram iniciadas e 20 foram objectos de renovação.

De entre outros eventos destaca-se a Semana Aberta e o Dia do Jovem Investigador. Este último teve a sua primeira realização com grande sucesso.

No contexto científico, foram ainda promovidos eventos ao longo de 2006:

Tabela VII – Cronograma de Eventos

EVENTOS 2006													TOTAL
Meses	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
WORKSHOPS		1	1		3	1					2		8
CURSOS	19	17	23	29	41	25			3	6			163
SEMINÁRIOS	1	1	1	1	1	1			1	1	3	1	12
CONFERÊNCIAS					3								3
VISITAS											5		5
DIA INSA											1		1
REUNIÕES	14	8	9	9	12	2	16	1	8	17	20	13	129
DEBATES				1							5	1	7
CONGRESSOS				1									1
TOTAL	34	27	34	41	60	29	16	1	12	24	36	15	329

2.5. Cooperação científica e tecnológica nacional e internacional

A cooperação científica e tecnológica nacional e internacional é um aspecto de importância estratégica para o reforço e a manutenção da qualidade e competitividade das acções com elevada componente científica e tecnológica.

Neste sentido, foram inúmeras as acções em que os grupos do INSA cooperaram com grupos de outras instituições de variada natureza conforme tabela seguinte:



Tabela VIII – Cooperações Científicas e Tecnológicas

Nº de Cooperações (<i>tipologia</i>)		Nº Cooperações por âmbito geográfico (<i>transversal</i>)			
180		208			
Protocolo	Outros*	Nacional	UE	PALOP	Internacional*
45	135	107	58	6	37
25%	75%	51%	28%	3%	18%

* Representações e colaborações não protocoladas.

* Países não pertencentes à União Europeia.

2.6. Produção Científica

Na área da produção científica pretende-se demonstrar os vários níveis em que se faz evidência da investigação levada a cabo pelos profissionais qualificados do INSA, apresentando os resultados pelas diversas tipologias de difusão da cultura científica.

Sendo a actividade do INSA primordialmente na área da investigação científica, as actividades desenvolvidas e os projectos em que os centros se encontram envolvidos deu origem a 483 evidências científicas da qual se destacam as publicações e as apresentações em congressos científicos nacionais e internacionais de acordo com a listagem em anexo.

Tabela IX – Produção Científica

Tipologia	Sigla	N.º	%
Livros	L	17	4%
Artigos em revistas internacionais	ARI	81	17%
Artigos em revistas nacionais	ARN	16	3%
Em congressos científicos internacionais	CCI	129	28%
Em congressos científicos nacionais	CCN	128	27%
Relatórios	R	25	5%
Organização de seminários e conferências	OSC	7	1%
Teses de Doutoramento	TD	4	1%
Teses de Mestrado	TM	11	2%
Patentes	P	0	0%
Prémio	PM	3	1%
Outra	O	48	10%
Total		469	100%



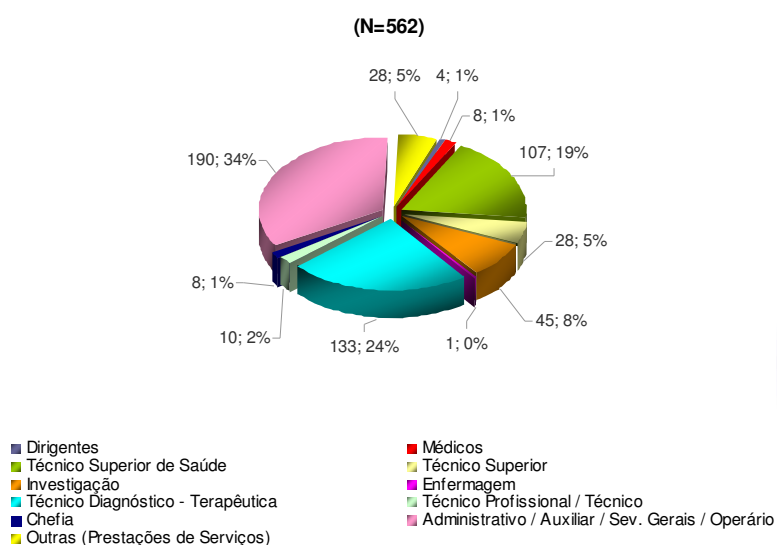
2.7. Afectação real e prevista dos recursos

2.7.1. Recursos Humanos

Para a concretização das actividades desenvolvidas, o INSA dispôs de 562 elementos, apenas mais 12 elementos do que em 2005.

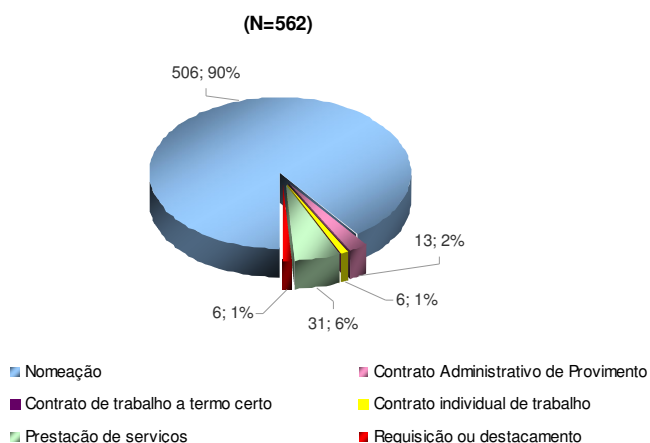
O gráfico seguinte quantifica os recursos humanos, por grupo profissional, que exerceram funções no INSA em 2006.

Gráfico III - Recursos Humanos por grupo profissional



A carreira administrativa/auxiliares/serviços gerais/operários, com 190 elementos mantém ainda um peso elevado na estrutura do quadro de pessoal em detrimento de outras carreiras profissionais.

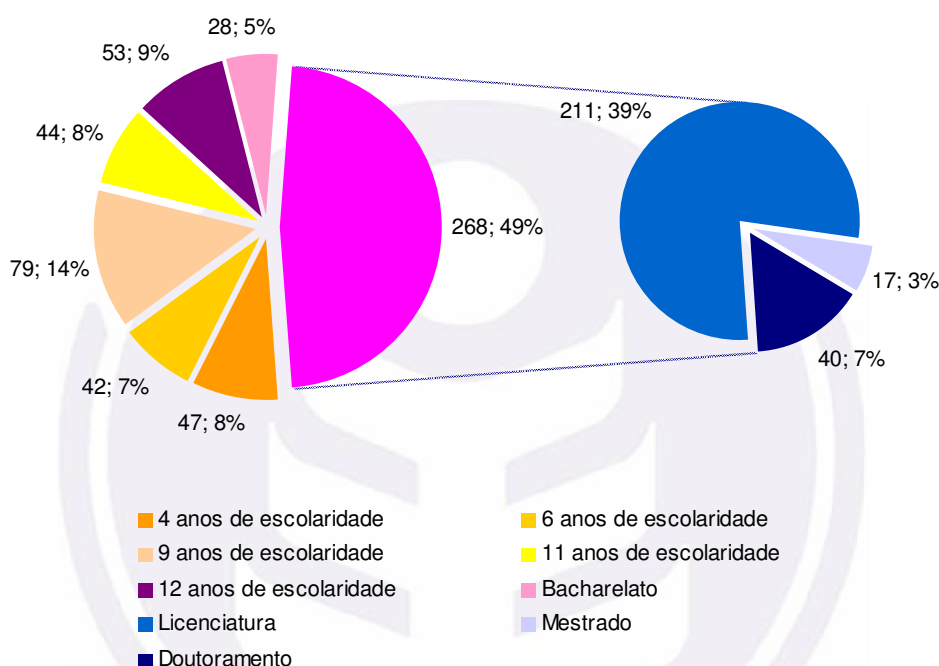
Gráfico IV - Recursos Humanos por tipo de vínculo



Relativamente ao tipo de vínculo existente dos elementos do INSA, não se verificam grandes alterações à situação de 2005, continuando o vínculo por Nomeação a representar 90%. Os restantes 9% encontram-se divididos por Prestações de Serviço (6%), Contrato Administrativo de Provimento (2%) e Requisição ou Destacamento (1%).

Sobre o nível de escolaridade dos recursos humanos do INSA, salientam-se os 268 elementos com habilitações superiores (licenciatura, mestrado e doutoramento), representando cerca de metade do número de recursos humanos do INSA.

Gráfico V - Recursos Humanos por nível de escolaridade



No que se refere ao nível de escolaridade, destaca-se o aumento, de 2005 para 2006, do número de mestrados (3) e doutorados (7), conforme ilustra a tabela seguinte:

Tabela X – Recursos Humanos por nível de escolaridade – 2005/2006

Nível de Escolaridade	N.º de Recursos Humanos		Variação 2005/2006
	Ano 2005	Ano 2006	
Até 12ª Ano	266	266	0
Bacharelato	26	28	2
Licenciatura	211	211	0
Mestrado	14	17	3
Doutoramento	33	40	7
TOTAL	550	562	12



Um último aspecto de referir, respeita ao sexo. A proporção verificada em 2005 mantém-se inalterada, ou seja, na composição de recursos humanos do INSA o sexo feminino mantém uma larga preponderância, com um peso de 84%.

2.7.2. Recursos Tecnológicos

No âmbito do desenvolvimento tecnológico o INSA manteve a modernização da sua área laboratorial, considerando o avanço tecnológico como uma necessidade para alcançar a missão que lhe está incumbida, assegurando assim o seu papel de Laboratório de Estado e Laboratório de Referência.

Neste sentido, foram adquiridos em 2006, os seguintes equipamentos com peso relevante:

- *“HPLC-ICP-MS”* (através do Projecto: “Laboratório de Materiais de Referência para Segurança Alimentar (LMARSA) - co-financiado pelo Programa Operacional Regional de Lisboa e Vale do Tejo). Este equipamento, pioneiro no país, permite a análise a alimentos e a fluidos biológicos, estando dotado de uma técnica que possibilita avaliar determinadas substâncias/elementos químicos nocivos à Saúde (ex: anti-cancerígenos - prevenção ao cancro). Pode dizer-se que este equipamento terá aplicação em três áreas: exposição humana ambiente; exposição humana alimentos e avaliação da sua ingestão (fluidos biológicos).
- *“Cromatógrafos de HPLC para determinação de Vitaminas e Aminoácidos”* (através do Projecto: “Equipamento de Suporte à Implementação da Legislação para a Alimentação Especial (ESILAE) - co-financiado pelo Programa Operacional de Saúde). Estes dois equipamentos (UPLC - ultra performance liquid chromatography) permitem ao INSA uma redução de custos e de tempos de resposta, com um impacto ambiental positivo.
- *“Sistema GC/ECD/NPD”* (através do Projecto: “Equipamento de Suporte à Implementação da Legislação para a Alimentação Especial (ESILAE) - co-financiado pelo Programa Operacional de Saúde). Este equipamento permite a determinação de resíduos de pesticidas, possibilitando ao INSA dar resposta às solicitações das autoridades da Saúde.
- *“Sistema de Espectrometria simultâneo de emissão óptica por fonte indutiva de plasma ICP-OES”* (através do Projecto: “Equipamento de Suporte à Implementação da Legislação para a Alimentação Especial (ESILAE) - co-financiado pelo Programa Operacional de Saúde). Este equipamento, único no Instituto, permite actualizar metodologias na determinação de minerais e contaminantes inorgânicos, com o consequente aumento na capacidade instalada e eficiência.

Salienta-se ainda o facto, de 2006 ter sido um ano de renovação geral, em termos de equipamentos, do Centro de Segurança Alimentar e Nutrição, através da execução dos projectos co-financiados, que permitiram a este Centro (CSAN) a aquisição de mais de 60 novos equipamentos de laboratório.

No processo de escolha deste equipamentos, houve por parte da Instituição uma grande preocupação no impacto ambiental positivo, que se reflecte na redução de consumo de solventes e outros reagentes, que consequentemente conduzem a uma redução dos resíduos, uma menor exposição dos operadores e redução no consumo de água.

Esta renovação na área da Segurança Alimentar, possibilita ao INSA:

- actualizar metodologias (nomeadamente na determinação de micotoxinas);
- aumentar a capacidade instalada e a eficiência;



- implementar novas metodologias (ex: polissacaridos constituintes da fibra da dieta, poliois, entre outros);
- ir ao encontro de requisitos de Qualidade e Segurança (ex: armário para reagentes com sistema de circulação de ar; evaporadores rotativos em sistema fechado que permitem poupar água e protecção do operador e ambiente).

RESULTADOS:

1. Plano plurianual de inovação tecnológica:

O INSA, anualmente, inscreve em sede de PIDDAC (dependente de aprovação superior) as suas necessidades a nível tecnológico.

2. Introdução com sucesso do equipamento acima mencionado:

Os equipamentos previstos, foram parcialmente adquiridos, uma vez que, tratando-se de alta tecnologia, os seus valores são elevados, o que leva à morosidade da sua aquisição, dado os constrangimentos legais a que estes processos obrigam.

2.7.3. Recursos Financeiros

O INSA prepara, organiza e presta contas de acordo com o POCMS – Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde, aprovado pela Portaria n.º 898/2000, de 28 de Setembro.

O Orçamento do INSA para 2006, consta do Orçamento do Estado, o qual foi publicado pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro, e posto em execução pelo Decreto-Lei n.º 50-A/2006, de 10 de Março, que proporcionou os meios financeiros indispensáveis ao regular funcionamento desta instituição.

2.7.3.1. Execução Orçamental

Foram inscritas no orçamento inicial do Instituto € 12.284.063,00 oriundos do OE e previstas receitas próprias no montante de €10.333.938,00, totalizando, para estas rubricas, a importância de €22.618.001.

O INSA, durante o exercício em apreço procedeu a 3 alterações orçamentais ao seu orçamento inicial, as quais se deveram a situações que de seguida se descrevem.

Com vista a fazer face às despesas inerentes à boa execução de projectos com co-financiamento comunitário, foi ainda inscrita no PIDDAC 2006, a verba de €3.978.672,00 sendo €1.275.000,00 componente nacional e €2.703.672,00 componente comunitária.

De acordo com o capítulo II do artigo 2.º da Lei n.º 60-A/2005 de 30 de Dezembro, foi cativa a verba total de €131.943,00, sendo que no PIDDAC 2006 o valor foi de €95.800,00.



Quadro I - Execução Orçamental – Receita de Funcionamento

Designação	Orçamento 2006				Execução	%
	Dotação Inicial	Alterações Orçamentais		Dotação Corrigida	Ano de 2006	Execução Vs Orçamento
		Reforços	Anulações			
	(1)	(2)	(3)	(4) = (1) + (2) - (3)	(5)	(6) = (5)/(4)
Receitas Correntes	23.141.213	2.598.835	379.623	25.360.425	17.974.062	71%
Taxas	270.000	380.000	0	650.000	597.973	92%
Rendimentos da Propriedade	2.000	0	0	2.000	1.691	85%
Transferências Correntes	12.532.275	252.489	188.407	12.596.357	12.600.780	100%
Soc. quase-soc.n/ financ. + Resto do Mundo	172.712	48.411	35.539	185.584	209.685	113%
Administração Central	12.284.063	165.658	152.868	12.296.853	12.277.175	100%
Instituições sem fins lucrativos	75.500	38.420	0	113.920	113.920	100%
Venda de Bens e Serviços Correntes	10.333.938	1.845.346	191.216	11.988.068	4.426.503	37%
Venda de bens	30.000	15.000	25.000	20.000	15.177	76%
Serviços	10.303.938	1.830.346	166.216	11.968.068	4.411.326	37%
Outras Receitas Correntes	3.000	121.000	0	124.000	347.115	280%
Receitas de Capital	0	2.441.417	0	2.441.417	2.485.077	102%
TOTAL - RECEITA DE FUNCIONAMENTO	23.141.213	5.040.252	379.623	27.801.842	20.459.139	74%

Fonte: Programa de Contabilidade/Secção Contabilidade
Mapas: POCMS-8.3.1.2 e 7.2

Os valores orçamentados inicialmente, como receitas de funcionamento para 2006, sofreram alterações significativas, principalmente nas rubricas: taxas, venda de bens e serviços e outras receitas correntes.

A explicação prende-se com o facto, no caso das taxas, de haver um aumento de cobrança efectiva relativamente aos Dispositivos Médicos Activos, devido ao aumento de inscrições por parte das empresas de distribuição dos DMA.

Relativamente à rubricas de venda de bens e serviços, salienta-se a conta de “prestação de serviços” (análises clínicas e sanitárias), que representa 55% do total desta rubrica no orçamento inicial, a qual contou com um aumento de receita emitida de cerca de 23% face ao inicialmente previsto, sendo por isso a responsável pela correcção da dotação da rubrica.

Salienta-se, no entanto, a dificuldade de cobrança, que apenas atinge 45% do total de receita emitida, levando a instituição a atravessar problemas de liquidez.



Quadro II - Execução Orçamental – Despesa de Funcionamento

Designação	Orçamento 2006				Execução	%
	Dotação Inicial	Alterações Orçamentais		Dotação Corrigida	Ano de 2006	Execução Vs Orçamento
		Reforços	Anulações			
	(1)	(2)	(3)	(4) = (1) + (2) - (3)	(5)	(6) = (5)/(4)
Despesas Correntes	22.458.213	6.593.309	3.273.146	25.778.376	19.003.190	74%
Despesas com Pessoal	13.192.725	4.041.433	2.312.633	14.921.525	12.928.203	87%
Remunerações certas e permanentes	12.570.033	3.729.433	2.299.633	13.999.833	12.286.877	88%
Abonos variáveis ou eventuais	360.237	104.000	0	464.237	297.306	64%
Segurança Social	262.455	208.000	13.000	457.455	344.020	75%
Aquisições de Bens e Serviços	8.757.788	2.410.643	900.513	10.267.918	5.694.444	55%
Aquisições de bens	5.432.588	1.084.527	200.087	6.317.028	2.544.331	40%
Aquisições de serviços	3.325.200	1.326.116	700.426	3.950.890	3.150.113	80%
Juros e Outros Encargos	5.200	15.233	0	20.433	13.802	68%
Transferências Correntes	3.000	0	0	3.000	0	0%
Outras Despesas Correntes	499.500	126.000	60.000	565.500	366.741	65%
Despesas de Capital	683.000	3.151.801	1.811.335	2.023.466	1.455.949	72%
Aquisições de Bens de Capital	683.000	3.149.701	1.811.335	2.021.366	1.453.913	72%
Investimentos	683.000	3.149.701	1.811.335	2.021.366	1.453.913	72%
Transferências de Capital	0	2.100	0	2.100	2.036	97%
TOTAL - DESPESA DE FUNCIONAMENTO	23.141.213	9.745.110	5.084.481	27.801.842	20.459.139	74%

Fonte: Programa de Contabilidade/Secção Contabilidade
Mapas: POCMS-8.3.1.1 e 7.1

Relativamente aos valores orçamentados inicialmente, como despesas de funcionamento para 2006, tiveram, na sua formalização final, alterações significativas principalmente nas rubricas: despesas com pessoal e aquisições de bens e serviços.

A explicação prende-se com o facto de, em ambas as rubricas, existirem actualizações de valores indexados aos aumentos salariais; no caso de Pessoal, no qual ainda acresce a actualização dos valores na sequência dos concursos efectuados ao Pessoal do INSA; e a inflação, no caso de bens e serviços. Com esta situação torna inevitável a actualização de ambas as rubricas do orçamento, corrigindo, assim, a dotação.

Salienta-se apenas a situação da rubrica relativa à Segurança Social, sendo que o seu aumento de dotação ficou a dever-se aos pagamentos relativos à ADSE, que sofreram alterações estruturais.

O investimento, através do PIDDAC, continua a permitir a este Instituto a aquisição de novo equipamento laboratorial e a realização de algumas obras de adaptação nas instalações e novas edificações, para melhor desenvolver a sua actividade, embora muito aquém das necessidades de modernização de algumas instalações mais complexas.

Face ao valor inicialmente inscrito em PIDDAC 2006, verificou-se uma execução de 71%.

A execução do PIDDAC, realizado através de dois Projectos (4029 e 4059) contou, por vezes, com um percurso concursal complexo e demorado, nomeadamente nas obras, proveniente do pesado formalismo administrativo, como consequência a taxa de execução da componente nacional do PIDDAC foi, no ano de 2006, de 57%.



No que se refere ao investimento em equipamento, não se realizaram todas as aquisições previstas, sendo que, com os ajustamentos de verbas, aquando das alterações orçamentais efectuadas, foi possível assegurar, na componente nacional, duas novas candidaturas aprovadas e em execução.

2.7.3.2. Resumo da situação financeira

Quadro III – Situação Económico-Financeira

Receita Cobrada	€	18.227.253,89	(A)	68%		
Receita A Cobrar	€	8.420.398,54	(B)	32%	(C)	€ 26.647.652,43
SALDOS						
Despesas Pagas	€	20.718.453,90	(D)	80%	(A - F)	FINANCEIRO -€ 7.825.956,81
Despesas A Pagar	€	5.334.756,80	(E)	20%	(F)	€ 26.053.210,70
					(C - F)	ECONÓMICO € 594.441,73

Unidade: euros
Fonte: mapa POCMS-7.4 - Programa SIDC - secção de contabilidade INSA

Observando a informação do quadro acima salientam-se os seguintes pontos:

- O Saldo Financeiro apresenta-se insuficiente, revelando falta de liquidez, já que a receita cobrada ascende a 18,2 milhões de euros, e não cobre a totalidade da despesa efectivamente paga.
- O Saldo Económico apresenta-se positivo, evidenciando que, apesar da dívida do INSA ascender a 5,3 milhões de euros, a receita total continua a favorecer a situação económica em 0,6 milhões de euros, devido à dívida de clientes, que seguidamente de descrimina.

Quadro IV – Decomposição da dívida de clientes

<i>Decomposição de Dívidas de Clientes</i>	<i>Saldo Inicial (01.01.2006)</i>	<i>Cobrado de anos anteriores</i>	<i>Emitido no próprio ano</i>	<i>Cobrado no próprio ano</i>	<i>Dívidas Incobráveis</i>	<i>Por Cobrar</i>
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(1+3-2-4-5)
<i>Instituições do Ministério da Saúde</i>	4,2	0,6	4,8	1,2	0,6	6,6
<i>Outras Dívida de Clientes</i>	0,8	0,3	2,7	1,2	0,6	1,4
Total de Dívida de Clientes	5,0	0,9	7,5	2,4	1,1	8,0

unidade: milhões de euros

fonte: mapa POCMS-7.8 - Programa SIDC - secção de contabilidade INSA

RESULTADOS:

1. **Saldo financeiro versus saldo económico (em Euros):** 7,8 milhões Vs 0,6 milhões
2. **Prazo de cobrança:** 442 dias; **prazo de pagamento:** 133 dias
3. **Grau de execução orçamental:** 74% face aos valores da última alteração orçamental



3. Avaliação Final

No ano de 2006, tal como no ano anterior, manteve-se a tendência de incremento do desempenho técnico e científico do INSA, e da qualificação dos seus quadros.

O INSA cumpriu durante o ano de 2006 o seu plano de acção para esse mesmo ano. No entanto, os constrangimentos financeiros não permitiram a realização de projectos mais ambiciosos dos quais o INSA tem capacidade em termos de conhecimentos, capacidade instalada e motivação.

Verificou-se que INSA participou em 16 dos 40 Programas Nacionais de Saúde, isto é 40 % do total, mantendo-se como referência nos processos de ganhos de saúde na população portuguesa. Em 2006 os Centros realizaram 216 projectos de investigação, um valor superior à meta proposta para o ano. O INSA também superou a meta em relação à prestação de serviços prevista e disponibilizou 29 novos serviços. O INSA prevê concretizar em 2007 a acreditação de ensaios em alguns dos seus laboratórios.

O esforço de formação interna e externa manteve-se no ano de 2006, com oferta de 168 acções de formação, bem como a produção científica com um total de 469 publicações e prémios.

Em relação à estrutura, o INSA mantém uma sub qualificação do seu pessoal apesar das correcções operadas nos anos mais recentes. O INSA tem procurado manter o investimento em equipamentos tecnológicos de forma a garantir que se mantém como instituição de elevado potencial tecnológico e assegurar para o Sistema de Saúde português a transferência tecnológica exigível para o nível de desenvolvimento do país. Os níveis de investimento foram elevados totalizando cerca de 4 milhões de euros.

A situação financeira do INSA durante o ano de 2006 apresentou um saldo financeiro insuficiente revelando falta de liquidez, já que a receita cobrada não cobre a totalidade da despesa efectivamente paga. O saldo económico apresenta-se positivo. As garantias de cobrança em relação a entidades autónomas do Estado e em particular do Serviço Nacional de Saúde põe em causa a liquidez da instituição.

O INSA terá de se orientar para garantir a sua sustentabilidade no futuro procurando criar oportunidades de prestação de serviços adequada à sua missão e ao interesse do país, bem como repensar a sua produção em relação à sua missão e ao seu papel no Sistema de Saúde e na rede de Laboratórios de Estado. A aprovação de uma nova lei orgânica permitirá ao INSA ganhar oportunidades no futuro para melhores e mais eficientes ganhos de saúde em cumprimento das estratégias e planos de governo para os próximos anos.

O INSA reafirma a sua motivação de prosseguir os objectivos da política científica nacional em ciências da saúde e reafirma a sua disponibilidade para definir a agenda de I&D em saúde em Portugal em consonância com o Plano Nacional de Saúde e outros planos nacionais relevantes. No ano de 2007 o INSA terá oportunidade de apresentar a sua nova lei orgânica e garantir níveis organizacionais que possam permitir uma maior eficiência na sua acção e uma melhoria nas suas actividades.

